

MARIA LUÍS GUERRA MENDONÇA VIEIRA MACHADO

AS REPRESENTAÇÕES DOS MAGISTRADOS NA
REGULAÇÃO DO EXERCÍCIO DAS RESPONSABILIDADES
PARENTAIS

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2013

MARIA LUÍS GUERRA MENDONÇA VIEIRA MACHADO

AS REPRESENTAÇÕES DOS MAGISTRADOS NA
REGULAÇÃO DO EXERCÍCIO DAS RESPONSABILIDADES
PARENTAIS

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2013

MARIA LUÍS GUERRA MENDONÇA VIEIRA MACHADO

Assinatura _____

AS REPRESENTAÇÕES DOS MAGISTRADOS NA
REGULAÇÃO DO EXERCÍCIO DAS RESPONSABILIDADES
PARENTAIS

Dissertação apresentada à Universidade Fernando
Pessoa como parte dos Requisitos para a obtenção
do grau de Mestre em Psicologia Jurídica sob
orientação da Professora Doutora Ana Isabel Sani.

Aos meus filhos

“ - Viver não é o bastante...deve ter-se brilho, liberdade e uma pequena flor (...) Disse a borboleta”.

(Hans Christian Anderson, s/d)

“Nada é certo. Ninguém avança pela vida em linha recta. Muitas vezes, não paramos nas estações indicadas no horário. Por vezes, saímos dos trilhos. Por vezes, perdemo-nos, ou levantamos voo e desaparecemos como pó. As viagens mais incríveis fazem-se às vezes sem se sair do mesmo lugar (...) Aquilo que, momento a momento, se passa na vida de um homem é para sempre insondável. É absolutamente impossível que alguém conte a história toda, por muito limitado que seja o fragmento da nossa vida que decidamos tratar.”

(Henry Miller, 1975)

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Ana Sani, orientadora desta tese de dissertação, o meu reconhecimento pelo interesse, disponibilidade, apoio e constantes incentivos ao meu trabalho, bem como pela partilha de experiências e conhecimentos. Agradeço-lhe sobretudo a amizade e as oportunidades de aperfeiçoamento do meu trabalho.

À Mestre Sónia Alves, com quem muito aprendi, pela confiança, partilha e carinho.

Ao Mestre Nelson Lima Santos, pelo suporte e amizade de há muitos anos.

A todos os pais e crianças que comigo se cruzaram, partilhando as suas histórias e experiências de vida, muitas vezes difíceis e com muitas lágrimas.

Aos magistrados que constituem a amostra desta investigação, a disponibilidade, simpatia e interesse com que aceitaram participar deste desafio.

À família e amigos que estiveram sempre presentes, especialmente aos meus filhos a quem “roubei” muitas horas.

RESUMO

A avaliação psicológica forense no contexto do divórcio e da regulação das responsabilidades parentais pode constituir-se como uma tarefa particularmente complexa e exigente para os profissionais envolvidos na tomada de decisão, podendo esta ser influenciada pelas representações dos magistrados acerca dos conceitos de maternidade ou paternidade, assim como pela presença de crenças e estereótipos que lhes estão muitas vezes associados. Este estudo tem como objetivo principal compreender de que forma alguns conceitos e dimensões relacionados com a parentalidade e o exercício das responsabilidades parentais no âmbito do divórcio, podem influenciar a tomada de decisão judicial e quais os contributos e limitações da avaliação psicológica forense neste contexto. A amostra de conveniência inclui a participação de cinco magistrados com experiência prévia em processos de regulação das responsabilidades parentais. A recolha de dados foi efetuada através de um questionário sócio-demográfico e de uma entrevista semi-estruturada, procedendo-se à gravação das entrevistas em suporte áudio para posterior análise categorial a partir de uma grelha de análise. Os resultados demonstram não se verificar a existência de um critério pré-estabelecido que defina o que é ser-se uma boa mãe ou um bom pai, entendendo-se que estes são conceitos subjetivos, associados à afetividade e prestação de cuidados, que deverão ser concretizados em função das especificidades de cada criança e de cada situação. Relativamente à existência de crenças e estereótipos associados à parentalidade, os magistrados reconhecem-nos e, estando conscientes da sua presença, procuram que a sua decisão não seja por eles influenciada. O critério do superior interesse da criança, à semelhança dos conceitos de maternidade e paternidade é um conceito subjetivo, que deverá ser preenchido em função de cada criança e de uma situação específica, sendo destacada pelos decisores judiciais a importância da interdisciplinaridade para aferir o conceito. Os magistrados consideram a perícia psicológica forense na regulação das responsabilidades parentais essencial para a tomada de decisão judicial, particularmente nas situações mais complexas.

Palavras-chave: divórcio; regulação das responsabilidades parentais; superior interesse da criança; avaliação psicológica forense.

ABSTRACT

The forensic psychological assessment in divorce and regulation of parental responsibilities context, can constitute itself as a particularly complex and demanding task for professionals involved in decision making, which may be influenced by the representations of the judges about their concepts of maternity or paternity as well as the presence of stereotypes and beliefs that are often associated. This study's main goal is to understand how certain concepts and dimensions related to parenting and the exercise of parental responsibilities in the context of divorce, may influence judicial decision-making as well as to evaluate the contributions and limitations of forensic psychological evaluations in this context. Our convenience sample included the participation of five judges with large experience in regulatory processes of parental responsibilities.

Data collection was carried out through a socio-demographic questionnaire and a semi-structured interview, recorded in audio support for further analysis through a categorical analysis grid. The results point out a non-existence of a pre-established criterion that defines a concept of “a good mother” or “a good father”. These are concepts perceived as subjective, associated with affection and care, which should be implemented according to the specificities of each child and each situation. Regarding the existence of beliefs and stereotypes associated with parenting, judges recognize them, and being aware of its presence, they seek that their decision is not influenced by them. The criterion of the child best interests, as well as the concepts of parenthood are perceived as subjective concepts, which must be fulfilled according to each child and her specific situation, being highlighted by judicial decision makers the importance of interdisciplinary to measure the concept. The judges consider forensic psychological expertise in the regulation of parental responsibilities essential to the judicial decision-making, particularly in more complex situations.

Key words: divorce; regulation of parental responsibilities, child best interests; forensic psychological assessment.

INDICE

INTRODUÇÃO	1
PARTE I - Conceptualização do fenómeno do divórcio	
<hr/>	
Capítulo I – O divórcio e a (des) estruturação familiar	4
1.1. Consequências do divórcio nos filhos	10
1.2. Impacto nos filhos da exposição ao conflito interparental	16
1.3. Novo regime jurídico do divórcio: lei 61/2008 de 31 de Outubro	23
1.4. Responsabilidades parentais e superior interesse da criança	25
Capítulo II – Avaliação Psicológica Forense na Regulação das Responsabilidades Parentais	
Parentais	38
2.1. A perícia psicológica forense	38
2.2. Limites e desafios da avaliação psicológica em contexto forense	42
2.3. A perícia psicológica forense nos processos de regulação do exercício das responsabilidades parentais	45

PARTE II – Estudo empírico

Capítulo III – Representações dos magistrados na regulação do exercício das responsabilidades parentais 58

3.1. Objetivos	58
3.2. Método	60
3.2.1. Participantes	60
3.2.2. Instrumentos	60
3.2.3. Procedimentos	61
3.3. Apresentação dos dados	62
3.4. Discussão dos resultados	86

CONCLUSÃO 95

REFERÊNCIAS 99

ANEXOS

Índice de Siglas

AACAP – Academia de Psiquiatria Infantil e da Adolescência

APA – American Psychological Association

CC – Código Civil

CDC – Convenção dos Direitos da Criança

CPP – Código de Processo Penal

CRP – Constituição da República Portuguesa

DSM-IV – Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações mentais

OTM – Organização Tutelar de menores

RRP – Regulação das Responsabilidades Parentais

INTRODUÇÃO

A avaliação psicológica forense no contexto do divórcio e da regulação do exercício das responsabilidades parentais é, na maior parte dos casos, uma tarefa extremamente complexa e exigente para os profissionais envolvidos na tomada de decisão. O divórcio obriga a uma reestruturação tanto dos direitos como das responsabilidades dos pais face aos filhos, reestruturação esta onde deverá prevalecer sempre, independentemente dos motivos e argumentos dos pais, o superior interesse da criança. A investigação na área sugere que tem vindo a aumentar o número de solicitações por parte das entidades judiciais de pareceres psicológicos forenses relativos a questões que se prendem com o exercício da parentalidade no contexto da regulação das responsabilidades parentais. Nesse sentido, e porque os pareceres emitidos no relatório forense, assim como a própria decisão judicial têm impacto e interferem na vida dos envolvidos, parece-nos fundamental compreender de que forma alguns conceitos e dimensões relacionados com a parentalidade e o exercício das responsabilidades parentais no âmbito do divórcio, podem influenciar a tomada de decisão judicial e quais os contributos e limitações da avaliação psicológica forense neste contexto.

A escolha e o interesse pelo tema da presente investigação prendem-se com o facto de se ter contactado diariamente com a realidade do divórcio e questões que lhe estão associadas (e.g., disputa pela guarda das crianças, conflito interparental, acusações mútuas de falhas no exercício da parentalidade), durante o estágio curricular desenvolvido na Unidade de Psiquiatria e Psicologia Forense do Hospital Magalhães Lemos. O trabalho que apresentamos divide-se em duas partes: na primeira parte fazemos um enquadramento teórico do tema em análise, concretamente do divórcio e

consequências nos filhos, associando o conflito interparental e o impacto nas crianças, que marca muitas vezes as interações entre progenitores neste contexto. Abordamos algumas das especificidades que caracterizam a avaliação psicológica forense e a decisão judicial no âmbito dos processos de regulação das responsabilidades parentais no divórcio. Na segunda parte, apresentamos no terceiro capítulo o estudo empírico, de caráter qualitativo relacionado com as representações dos magistrados acerca da avaliação psicológica forense no contexto da regulação das responsabilidades parentais e da compreensão que fazem de alguns conceitos e dimensões relacionados com a parentalidade e o exercício da mesma. Apresentamos a metodologia, descrevemos os objetivos, a amostra, os instrumentos e procedimentos utilizados. Por fim apresentamos os resultados obtidos através da análise de conteúdo do discurso dos participantes e fazemos a discussão dos mesmos, expondo as conclusões a que chegámos. Terminamos com a apresentação das limitações observadas para este estudo, bem como com a enumeração de propostas para estudos futuros.